

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 12 DE OUTUBRO DE 2012.**

No dia 12 de Outubro de dois mil e doze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Rui César de Sousa Albergaria e Castro, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, Norberto dos Santos Rodrigues Moreira, e José Manuel Moreira de Carvalho.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram dez horas e quarenta e cinco minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião de Câmara felicitando o Reverendo Padre Laranjeira pelos 50 anos de sacerdócio em Castelo de Paiva. Disse que a celebração desta data se iniciou no dia 11 de Outubro com um jantar promovido pela Junta de Freguesia de Sobrado.

Referiu que se trata de um homem amigo da população de Castelo de Paiva, que merece o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, tendo convidado os Senhores Vereadores a participarem numa Cerimónia de homenagem ao Reverendo Pároco a realizar no Domingo, dia 14, às 10 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.

Deu conhecimento de uma reunião que teve com a Senhora Directora do ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, para perceber o momento que se está a atravessar ao nível da saúde em Castelo de Paiva, nomeadamente, o ponto de situação em que se encontra o pedido de demissão do Dr. Canhoto. Disse que lhe foi comunicado que o pedido está em

análise, e que lhe foi manifestado o interesse no reforço de médicos no concelho, e que a Unidade de Saúde Familiar fosse uma realidade a curto prazo.

Referiu ainda que recebeu por parte da Senhora Directora da ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, total disponibilidade e empenho para encontrar soluções que permitam, a curto prazo, trazer mais médicos para Castelo de Paiva.

Saudou o Paivense Bruno Correia, de Pedorido, enquanto estudante premiado na área de “Fresagem CNC” e “Desenho Assistido”. Estes prémios foram atribuídos na Bélgica, sendo merecido o respectivo voto de louvor por parte da Câmara Municipal.

De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para informar que esteve presente no jantar de comemoração do 25º. Aniversário do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva, onde aproveitou para felicitar publicamente esta Associação pelo mérito das suas acções, e pelos êxitos que têm tido ao longo destes anos.

Deu nota de que se realizou uma reunião da Comissão de Distinções Honoríficas, com vista à preparação dos trabalhos que conduzirão às futuras deliberações no âmbito das distinções honoríficas.

Manifestou a sua preocupação, agora que são conhecidas as medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2013, a somar a outras já em vigor, e que são altamente penalizadoras para as famílias Paivenses, nomeadamente, com o aumento brutal da percentagem do IRS.

Disse que também o preocupa a alta taxa de desemprego no concelho, e aqueles que tendo emprego, vêm os seus orçamentos familiares serem reduzidos com estas novas medidas de austeridade.

Referiu também que está preocupado com o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis do próximo ano, em função da reavaliação de imóveis que tem de estar concluída até ao final do ano, e que abrange 6.500

casas no concelho, antevendo-se um aumento do valor de imposto a cobrar nesses imóveis. Disse que apesar de o Governo ter recuado na cláusula de salvaguarda, em função da pressão exercida pela opinião pública e alguns membros do Governo, há outro ponto de preocupação: nos termos da lei, os Municípios podem definir a taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a ser aplicada em cada concelho dentro dos limites mínimos e máximos previstos. O Sr. Presidente da Câmara, no seu ponto de vista, bem, manteve a taxa mínima, mas aqui surge um problema decorrente dos novos intervalos das taxas a aplicar, e que estão previstos no Orçamento de Estado de 2013, o que resulta, apesar do esforço de manter a taxa mínima, num aumento de 50% do montante de imposto a pagar.

Perante isto, disse, o executivo não deve ficar insensível, e por isso, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para agendar para uma próxima reunião de Câmara um ponto para discussão da participação variável do Município no IRS (5%) para 2013, no âmbito da possibilidade que assiste aos Municípios de definirem a taxa de participação naquele imposto. Concluiu a sua intervenção, referindo que, face à situação financeira do Município, e mesmo sabendo que estão sujeitos às normas que definem o Plano de Saneamento Financeiro, propôs que o executivo municipal estude o impacto de uma redução de participação no IRS em 2013, de forma a reduzir a carga de impostos que recaem sobre os Paivenses.

O Vereador Rui César Castro usou da palavra para felicitar o Reverendo Padre Laranjeira pelos 50 anos de sacerdócio em Castelo de Paiva. Disse que o jantar de homenagem organizado pela Junta de Freguesia de Sobrado se realizou na data certa, tendo sido um momento de celebração da obra realizada pelo Reverendo Pároco, sendo justo reconhecer que todos os executivos colaboraram para a realização dessa obra. Deve-se reconhecer o mérito de homenagem efectuada, disse, e da que se vai realizar no Domingo, dia 14, pela Câmara Municipal onde os Vereadores do PSD, na medida do possível, irão estar presentes.

Congratulou-se pela realização da reunião com a Senhora Directora do ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se na reunião foi adiantada uma data para a criação da Unidade de Saúde Familiar?

Associou-se aos parabéns ao Bruno Correia, pelo prémio atribuído na área de “Fresagem CNC” e “Desenho Assistido”, tendo feito referência à capacidade do “CENFIM”, enquanto escola de referência na área da formação.

Em relação à preocupação manifestada pelo Vereador José Manuel Carvalho relativamente às medidas de austeridade previstas no Orçamento de Estado para 2013, disse que é público que a cláusula de salvaguarda do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis é para manter.

Quanto ao ponto que o mesmo Vereador solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para agendar sobre a participação variável do Município no IRS em 2013, referiu que é necessário que seja feito um estudo sério para se avaliar os reais benefícios para os Paivenses. Que haja preocupação de o fazer de forma equitativa, disse, tratando de forma diferente aquilo que é diferente, e não todos por igual, sendo uma proposta que seja feita e aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e que não uma proposta do Sr. Presidente da Câmara.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dar nota da realização da interessante iniciativa “Fornos em Movimento”, em que participou com satisfação.

Informou que também esteve presente no jantar de comemoração do 25º. Aniversário do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva.

Relativamente à homenagem ao Reverendo Padre Laranjeira, disse que toda a sua vida se cruzou com o Reverendo Padre Laranjeira, e portanto, manifestou a sua homenagem pessoal a uma pessoa que muito fez pelo concelho.

Quanto à proposta do Vereador José Manuel Carvalho sobre a participação variável do Município no IRS em 2013, disse que gostaria de saber qual é a equipa que vai trabalhar no assunto. Referiu que há duas formas

de se trabalhar neste assunto: uma forma é retirar a todos por igual, outra forma é serem competentes a gerir os fundos que advêm da participação variável no IRS, e ajudar aqueles que realmente precisam.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação do procedimento de alteração do PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado?

A este propósito, disse que gostava de convocar os técnicos dos serviços municipais que estão a trabalhar no procedimento para saber o que se está a fazer, e qual o ponto de situação.

Manifestou a sua preocupação e desagrado pela forma como os meios de comunicação social têm acesso a assuntos que correm os seus trâmites nos serviços da Câmara Municipal.

Sobre a pretensa ocupação de dois terrenos na Urbanização da Quinta do Pinheiro, referiu que gostava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se é verdade o que foi dito por um elemento do público na última reunião de Câmara sobre este assunto.

Disse também que teve conhecimento que a Policia Judiciária esteve presente na Câmara Municipal, e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o motivo dessa presença?

Perguntou também se foi a primeira vez que aconteceu, ou se houve outras vindas aos serviços que não foram passadas para a comunicação social?

O ideal, disse, seria que não houvesse fugas de informação do interior da Câmara Municipal, e quando isso acontecesse, o fosse sempre na forma de comunicados oficiais.

Concluiu a sua intervenção, referindo que gostava que o Sr. Presidente da Câmara pusesse termo às fugas de informação.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para se associar às felicitações endereçadas ao Bruno Correia, tendo referido que é sempre bom ter estes bons exemplos no nosso concelho.

Deu os parabéns à Associação “Homens e Mulheres para a Igualdade de Género”, pela excelente organização da “Caminhada Solidária”, que ocorreu no passado dia 30 de Setembro.

Relativamente à reunião realizada com a Senhora Directora do ACES – Agrupamentos de Centos de Saúde, disse ser um sinal positivo o facto de a Sra. Directora ter recebido o Sr. Presidente da Câmara, e que a sua postura enquanto Vereadora é a de lutar sempre pela melhoria das condições de saúde dos Paivenses.

Disse que na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara cometeu uma pequena incorrecção ao dizer que não atribuía subsídios à ”Nova Paivense FM”, porque pelo menos um subsídio foi atribuído àquela rádio local.

Solicitou cópia do contrato de prestação de serviços celebrado com a ”Nova Paivense FM”.

Informou que esteve presente na sessão da Assembleia de Freguesia de Raiva, onde foi manifestada a preocupação em relação ao abastecimento de água ao lugar de Ourais; em relação ao mau estado da Estrada de Midões a Gondarém; em relação à colocação de uma passadeira na Estação; sobre um poste de iluminação no lugar de Ourais que não dá luz e sobre um tubo que conduz a água ao lugar de Midões que está à vista.

Deu os parabéns pelo início da obra de Pereire/Cruzeiro, tendo perguntado se a mesma foi adjudicada por ajuste directo, e se pode consultar processo?

Perguntou se poderia consultar o processo da obra das Meirinhas que foi executada por Administração Directa?

Perguntou também se é verdade que foram colocados trabalhadores municipais no sítio de Oliveira do Arda e que não existiam nos outros sítios da freguesia?

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para referir que as medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2013,

com implicações ao nível do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, preocupam o executivo em permanência.

Disse que a proposta apresentada pelo Vereador José Manuel Carvalho em relação à participação variável do Município no IRS em 2013 não caiu do céu, apesar de ainda não corresponder à necessidade das pessoas face ao aumento colossal que aí vem. Temos de questionar e criticar a forma com as novas avaliações estão a ser feitas, disse, principalmente com falta de rigor e sinceridade que se tem verificado.

Referiu que partilha da preocupação manifestada pelo Vereador José Manuel Carvalho, e que a questão da participação variável do Município no IRS vai merecer da sua parte toda a atenção, no sentido de se fazer um estudo cuidado, retirando mais um encargo às famílias de Castelo de Paiva. A decisão que vier a ser tomada, disse, terá de o ser de forma muito cuidadosa, em função do Plano de Saneamento Financeiro a que o Município está vinculado, e em função da situação financeira da Câmara Municipal.

Referiu ainda que a sua preocupação é as pessoas, e como tal, tem de haver a preocupação do executivo em permanência de tomar medidas que permitam minorar os efeitos desta crise, prejudicando até outras áreas onde gostariam de intervir, porque sentem que as pessoas já não aguentam mais.

No que concerne à homenagem ao Reverendo Padre Laranjeira, disse que a cerimónia que a Câmara Municipal irá fazer vai ser digna, respeitando todas as regras do bom protocolo. Disse que aprecia muito a postura do Reverendo Padre Laranjeira, e que tem gostado muito de trabalhar com ele.

Em relação à reunião que teve com Senhora Directora do ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, disse que relativamente à Unidade de Saúde Familiar, foi apontada uma data que não foi um compromisso, tendo sido proposta a data de Março de 2013. Outra proposta que também foi adiantada e que é importante, disse, é a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados em Castelo de Paiva.

Ainda em relação ao Bruno Correia, disse que lhe faltou dar a merecida nota de reconhecimento a quem o orientou, o Sr. Dário Pinto, também ele um Paivense.

Relativamente ao ponto de situação do procedimento de alteração do PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, disse que o Vereador José Manuel Carvalho iria dar as explicações necessárias.

Sobre as fugas de informação mencionadas pelo Vereador Norberto Moreira, disse que são matérias da alçada da investigação que está a ser efectuada, tendo confirmado a presença da Policia Judiciaria nos serviços municipais no âmbito do processo de tout-venant. Referiu que não faz comentários sobre este assunto, e que desconhece que a comunicação social o tenha feito, mas que a ser assim que não foi pela sua boca.

Confirmou que a Policia Judiciária já esteve nos serviços municipais noutras circunstâncias. Disse que está também a decorrer no Município uma inspecção ordinária por parte da IGF – Inspecção – Geral de Finanças, que acontece com toda a naturalidade, e em que os serviços estão a fornecer todas as informações.

Quanto à questão da pretensa ocupação de parcelas de terreno na Urbanização da Quinta do Pinheiro, respondeu que os serviços estão a recolher informações, de forma a fazerem uma análise cuidada dos procedimentos a adoptar sobre esta matéria. Disse que sobre este assunto não vai permitir que a memória de alguém seja usada para o que quer que seja, e que ninguém está acima da lei, todos têm os mesmos direitos, e que à pessoa que está em causa têm sido dadas todas as garantias processuais conferidas pela lei.

Em relação à rádio “Nova Paivense FM”, disse que este assunto foi abordado pelo Sr. João Vitorino, membro da Assembleia Municipal, e que julga que já tinha entregue aos Senhores Vereadores os documentos da prestação de serviços celebrada entre o Município e aquela rádio, solicitados pela Vereadora Vanessa Pereira. No entanto, solicitou ao secretário da reunião de Câmara que reunisse novamente esses documentos.

Disse também que o subsídio que foi atribuído à “Nova Paivense FM” foi para a “Festa da Rádio”.

Relativamente às preocupações manifestadas na sessão da Assembleia de Freguesia de Raiva, disse que o executivo em permanência está a trabalhar de forma vincada na resolução dos problemas aí levantados, os quais, são quase todos do seu conhecimento, e que serão resolvidos à medida dos meios disponíveis nos serviços municipais.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para fazer o ponto de situação do procedimento de alteração do PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, conforme o solicitado pelo Vereador Norberto Moreira.

Disse que o trabalho técnico foi feito pela equipa que foi constituída para o efeito, mediante reuniões periódicas com os técnicos da CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, concertando as propostas da equipa com quem tutela a área do Urbanismo junto daquela entidade. A última reunião, disse, realizou-se no dia 3 de Outubro, tendo ficado fechada a concertação entre a equipa técnica da Câmara Municipal, e a equipa da CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Referiu que no processo de audição de entidades externas, só serão ouvidas a EDP – Energias de Portugal e a ARH – Administração da Região Hidrográfica, sendo que, em relação à EDP – Energias de Portugal, o processo será pacífico tendo em conta que a alteração que foi feita foi a de adequar o PU – Plano de Urbanização, à planta de rede eléctrica actualizada fornecida por aquela empresa.

Concluiu a sua intervenção, referindo que o trabalho dos serviços municipais está fechado, esperando que com o envio formal do processo com as cópias necessárias se avance para a pronúncia, no prazo curto que está definido da CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para a aprovação em reunião de Câmara, audição pública e aprovação em sede de Assembleia Municipal.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para referir que, em relação ao PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, a ideia com que ficou é que não havia necessidade de consultar entidades externas e alterar plantas de zonamento. Disse que gostaria de na próxima reunião de Câmara ouvir os técnicos municipais que trabalharam no procedimento, porque era uma boa oportunidade de todo o executivo saber o que está feito e começar a debater o assunto, de forma a se fizerem as sugestões que assim o entenderem.

Relativamente às fugas informação que referiu anteriormente, disse partilhar da opinião do Sr. Presidente da Câmara quando este referiu que não ia permitir que a memória de alguém fosse usada para o que quer que fosse. O que importa, disse, é que há fugas de informação de assuntos que correm os seus trâmites nos serviços municipais, e que estranha que tendo estado a Policia Judiciária na Câmara Municipal a ver mais do que um processo, saia para a comunicação social o único que tinha a ver com o executivo anterior.

Reiterou o seu pedido para que o Sr. Presidente da Câmara pusesse fim a estas fugas de informação, porque se assim não for, disse, até pode achar que estas fugas são propositadas.

O Vereador José Manuel Carvalho usou novamente a palavra para dizer que, em relação ao PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, não querendo individualizar as alterações, todos sabem que é necessário fazer alterações de acerto no zonamento e no regulamento, e que o processo está a ser conduzido neste âmbito.

No que concerne à consulta de entidades externas, referiu que a EDP – Energias de Portugal é consultada por força de haver um novo desenho das linhas eléctricas que estão dentro do Território do PU – Plano de Urbanização, e a ARH – Administração da Região Hidrográfica, porque tem de se pronunciar no âmbito dos recursos hídricos.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para perguntar se podia contar com a vinda dos técnicos dos serviços municipais à próxima reunião de Câmara?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que após obter por parte da CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a validação do procedimento de alteração do PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, serão então explicadas aos Senhores Vereadores todas essas alterações. Esta vai ser a metodologia utilizada, concluiu.

O Vereador Norberto Moreira respondeu que depreende que o contributo dos Vereadores do PSD neste processo não interessa, porque só vão conhecer o mesmo no final, e assim, perante contributos que possam vir a dar, vai obrigar a que o processo volte atrás para avaliar essas ideias, provocando novos atrasos.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que comprehende que o Vereador Norberto Moreira queira conhecer em pormenor o trabalho efectuado, mas que vai ter acesso ao processo no momento certo. Felicitou o trabalho desenvolvido pela equipa técnica dos serviços municipais e pelo Vereador José Manuel Carvalho, e enalteceu o impulso que o Vereador Norberto Moreira demonstrou para se inteirar do processo.

O Vereador Norberto Moreira respondeu que não é um impulso, mas antes uma manifestação de interesse que foi demonstrada desde o início do processo.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para reiterar o que tinha dito anteriormente sobre o assunto.

Disse ainda que o Vereador Norberto Moreira não ouviu no período de antes da ordem do dia, pela sua boca, qualquer referência à presença da Policia Judiciária nos serviços. Se o Vereador ouviu, disse, foi por outras fontes, e que em relação a este assunto está de consciência tranquila, porque não tem nada a esconder.

O Vereador Norberto Moreira respondeu que ouviu que a informação relativa à pretensa ocupação de duas parcelas de terreno na Urbanização da Quinta do Pinheiro saiu do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara deu por concluído o período antes da ordem do dia, reiterando que relativamente a esse assunto, à pessoa que está em causa têm sido dadas todas as garantias processuais conferidas pela lei, nomeadamente, o direito de consulta do processo, e como tal, sobre este assunto, nada mais tinha a dizer.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 11 de Outubro de 2012, cujo saldo totaliza a quantia de 2.201.138,20 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13/09/2012. APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado por falta de elementos.

4 - OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO 152/2010. ALFREDO DE BESSA ANDRADE.

Presente o processo em título, que mereceu a seguinte informação técnica: “Prevê o Regulamento aplicável, no seu nº.3, da alínea a), do artº.32 que, para efeitos de redução em 50% da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas, devida no licenciamento de unidades industriais e comerciais, a Câmara em deliberação fundamentada, reconheça de especial interesse para o desenvolvimento económico do Município aqueles empreendimentos. No presente caso a redução daquela taxa atinge a importância de 478,49 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, concordar com a redução em 50% das taxas.

4.2 – PROCESSO 210/2012. JOAQUIM PINHEIRO DE PINHO.

Presente o processo em título, relativo a um pedido de construção de armazém, fora de área edificada consolidada, marginada por um caminho e terrenos florestais, mais propriamente por pinheiros, eucaliptos e vegetação rasteira.

Como o local apresenta risco de incêndio, o licenciamento deverá ser condicionado à criação de uma faixa de interrupção de combustível, com largura nunca inferior a 20 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação.

4.3 – PROCESSO 139/2012. MANUEL DE JESUS MOREIRA.

Presente o processo em título, relativo a um pedido de construção de um anexo, fora de área edificada consolidada, marginada pela EN.224 e terrenos florestais, mais propriamente por pinheiros, eucaliptos e vegetação rasteira.

Como o local apresenta risco de incêndio, o licenciamento deverá ser condicionado à criação de uma faixa de interrupção de combustível, com largura nunca inferior a 10 metros, de forma a garantir a protecção da futura construção dos incêndios florestais.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação.

5 - LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – TKDCP – TAEKWONDO CLUBE PAIVENSE.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta:

“O Taekwondo é um desporto e uma arte ancestral socialmente reconhecida pela habilidade física, pelo estilo de pensamento e pelo grande desenvolvimento moral, partilhado pelos jovens e menos jovens, contribuindo assim para progresso desportivo e diversificado.

É também de salientar que a Associação tem um grupo de formação, com espaço de aula no concelho e que a sua participação em campeonatos, representa a modalidade e o concelho ao mais alto nível.

Sendo que levaram a cabo mais uma actividade do “1º. Open de Taekwondo de Castelo de Paiva” a 29 de Setembro passado, venho propor para o TKDCP, uma verba no valor de 250 euros.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de duzentos e cinquenta euros.

6.2 – ADEP – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE CASTELO DE PAIVA.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta:

“A Feira do Séc. XIX vai ter lugar no dia 14 de Outubro, no Parque das Tílias em Sobrado - Castelo de Paiva.

Este êxito já vai na 15ª. Edição, procura recriar e representar os aspectos das feiras do séc. XIX, nas áreas da gastronomia, dos produtos agrícolas e do artesanato.

O evento pelo seu carisma cultural e tradicional atrai anualmente muita gente à Feira, abundando a animação e afluindo a procura de produtos adequados à época, como os petiscos, a broa de milho, o vinho verde e os pratos típicos da região.

Por ser um acontecimento de importância acrescida para o concelho, que se pretende valorizar, preservar e dinamizar, proponho atribuir à ADEP um subsídio de 2500 euros, destinado à actividade a desenvolver com a Feira do séc. XIX.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de dois mil e quinhentos euros.

O Vereador Rui César ausentou-se da sala de reuniões.

7. – BAIRROS SOCIAIS. ACTUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS.

Presente a seguinte informação sobre a actualização anual das rendas das casas dos Bairros Sociais:

“Os contratos de arrendamento estabelecidos entre a Câmara Municipal e os arrendatários dos Bairros Sociais de Corvite, Póvoa e Raiva estão sujeitos ao regime de renda apoiada (Decreto Lei 166/93 de 07 de Maio).

Tal regime baseia-se na existência de um preço técnico calculado de acordo com o valor real do fogo e com uma taxa de esforço determinada a partir do rendimento do agregado familiar. A renda apoiada evolui, assim, em função e na medida do rendimento do agregado familiar do arrendatário. No entanto, a mesma não pode ser inferior a 1% do salário mínimo nacional (4,85 €), nem superior ao preço técnico da habitação, atualmente nos valores de 214,09 € e 181,84 € para uma tipologia T3 e T2 respetivamente.

Para proceder ao cálculo das rendas foram solicitados os documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por todos os elementos do agregado familiar com idade igual ou superior a 16 anos, desde que a situação não fosse de estudante ou outra.

De acordo com os documentos dos rendimentos apresentados, os valores das rendas a aplicar são os que constam do anexo que se junta.

Analizando este anexo podemos tirar as seguintes conclusões:

- A média do valor das rendas em 2011 no Bairro de Corvite era de 74,64 € por mês, sendo que dois arrendatários pagavam a renda mínima e um a renda máxima. No cálculo para 2012, a média passa a ser de 73,83 €, mantendo-se duas rendas mínimas e uma renda máxima. A média dos elementos por agregado familiar é de 2,4 pessoas por T3 e 2,2 por T2.
- No Bairro Social da Póvoa, a média do valor das rendas em 2011 era de 35,05 € passando para 31,84 € em 2012. Mantém-se o mesmo número (3) de rendas mínimas quer em 2011 quer em 2012.

A média dos elementos é de 3,1 pessoas por habitação (T3).

- No Bairro Social da Raiva o valor médio das rendas era de 77,31 € valor que passa a ser em 2012 de 69,40 €. Deixa de existir uma renda máxima e passa a haver uma renda mínima.

O número médio de elementos é de 3 pessoas tanto para um T3 como para um T2.

Em conclusão, é comum a todos os bairros uma diminuição no valor médio das rendas situação que está relacionada com a redução dos rendimentos dos arrendatários e que é reflexo da crise económica que o país atravessa.”

Analizada a informação a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a actualização das rendas, nos termos da informação.

8. – MANUTENÇÃO E APOIO ÀS APLICAÇÕES DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO MUNICIPAL. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Retirado este ponto.

9. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Quinta alteração ao Plano de Actividades Municipal; Nona alteração ao Orçamento da Despesa e da Receita; Condicionamento de trânsito automóvel na Vila de Sobrado, no dia 13 de Outubro; Autorização de utilização: R.646, R.685,ão: R.646, R.685,703; Projectos de especialidade: R.656, R.640, R.663; Alvará: R.617, R.665, R.672, R.652, R.686, R.720; Pedido certidão: R. 713, R. 679, R.643, R.662, R.693, R.692, R.699; Comunicação prévia: R.540, R.702; Projecto de arquitectura: R.651, R.541, R.648, R.626, R.642; Prorrogação de prazo: R.654; Certidão de compropriedade: R.696, R.697; Ocupação da via pública: R.668, R.708; Propriedade horizontal: R.677, R.669; Licença para festa: R.7864, R.8585, R.8684; Licença de ruído: R.7835, R.7865, R.8586; Inumação de cadáver: R.7901, R.8690.

RO. 12 Outubro 2012.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respetivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, , a redigi e subscrevi.
O Presidente,

Os Vereadores,
